

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

CONTEÚDO

Relatório do Auditor Independente.....	03
Quadro 1 - Balanços Patrimoniais.....	05
Quadro 2 - Demonstrações dos Resultados dos Exercícios.....	06
Quadro 3 - Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	07
Quadro 4 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	08
Quadro 5 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	09
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A
Pocrane - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Hidrelétrica Cachoeirão S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **“Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”**. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pelo Conselho de Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 05 de março de 2024.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Tatiane Schmitz
Sócia Responsável Técnica
Contadora CRC SC-038070/O-0

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.222	10.932
Consumidores	5	3.280	3.668
Concessionárias e permissionárias		1	127
Tributos compensáveis	6	8	14
Almoxarifado operacional	7	712	662
Despesas pagas antecipadamente		43	32
Outros ativos circulantes		6	50
Total do circulante		11.272	15.485
Não circulante			
Tributos compensáveis	6	377	494
Investimentos temporários		192	132
Despesas pagas antecipadamente		2	-
Imobilizado	8	74.048	75.340
Intangível	9	11.407	14.139
Total do não circulante		86.026	90.105
Total do ativo		97.298	105.590
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	306	160
Obrigações sociais e trabalhistas		258	177
Tributos	11	537	591
Dividendos declarados	14	5.777	7.893
Total do circulante		6.878	8.821
Não circulante			
Fornecedores	10	655	655
Total do não circulante		655	655
Patrimônio líquido			
Capital social	13	35.000	35.000
Reserva de lucro		54.765	61.114
Total do patrimônio líquido		89.765	96.114
Total do passivo e patrimônio líquido		97.298	105.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.**Demonstrações dos Resultados dos Exercícios
em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)**

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional líquida	16	37.616	42.556
Custos de operação	17	(13.793)	(11.470)
Lucro bruto		23.823	31.086
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(1.318)	(1.086)
Outras receitas e despesas operacionais	18	4	422
		(1.314)	(664)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		22.509	30.422
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		2.690	3.901
Despesas financeiras		(5)	(27)
		2.685	3.874
Lucro antes dos impostos		25.194	34.296
Impostos	20		
Contribuição social corrente		(663)	(845)
Imposto de renda corrente		(1.425)	(1.880)
		(2.088)	(2.725)
Lucro líquido do exercício		23.106	31.571
Lucro por ação:			
Ações ordinárias		R\$ 0,66	R\$ 0,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios
em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	23.106	31.571
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>23.106</u>	<u>31.571</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Composição	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	35.000	7.000	71.228	-	113.228
Dividendos complementares exercício 2021					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	(6.524)	-	(6.524)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	(6.268)	-	(6.268)
Dividendos extraordinários	-	-			
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	(14.280)	-	(14.280)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	(13.720)	-	(13.720)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.571	31.571
Destinação do resultado do exercício:					
Proposta da administração para distribuição de dividendos:	-	-			
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	-	(4.025)	(4.025)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	-	(3.868)	(3.868)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	23.678	(23.678)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	35.000	7.000	54.114	-	96.114
Dividendos extraordinários					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	(12.076)	-	(12.076)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	(11.602)	-	(11.602)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.106	23.106
Destinação do resultado do exercício:					
Proposta da administração para distribuição de dividendos:					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	-	(2.946)	(2.946)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	-	(2.831)	(2.831)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	17.329	(17.329)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.000	7.000	47.765	-	89.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios
em 31 de dezembro e 2023 e 2022
(Em milhares de reais)**

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	23.106	31.571
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	3.734	3.366
Baixa de imobilizado e intangível	21	361
Repactuação do risco hidrológico – GSF	1.772	-
	28.633	35.298
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	514	(1.060)
Almoxarifado operacional	(50)	(61)
Tributos compensáveis	123	162
Despesas pagas antecipadamente	(13)	(4)
Outros ativos circulantes	44	(50)
	618	(1.013)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	146	(99)
Obrigações trabalhistas e sociais	81	16
Obrigações tributárias	1.509	1.941
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.563)	(2.007)
	173	(149)
Caixa líquido das atividades operacionais	29.424	34.136
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos temporários	(60)	(51)
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.503)	(550)
Caixa líquido das atividades de investimento	(1.563)	(601)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(31.571)	(48.000)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(31.571)	(48.000)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.710)	(14.465)
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	10.932	25.397
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	7.222	10.932
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.710)	(14.465)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Às Acionistas

A Administração da Hidrelétrica Cachoeirão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios de 2023 e 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

1.2 A Companhia

A Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelas empresas Santa Maria Energética S.A., sediada no Estado do Espírito Santo, e pela Cemig Geração e Transmissão S.A., sediada no Estado de Minas Gerais. A Companhia foi constituída em 18 de janeiro de 2007 com sede na Rodovia Km 27 da Estrada de Pocrane, à Margem Direita do Rio Manhuaçu, no Povoado de Cachoeirão, município de Pocrane, Estado de Minas Gerais.

1.3 Outorga de Geração de Energia

A Companhia atua no ramo de geração e comercialização de energia elétrica, tendo sido autorizada a implantar e explorar o empreendimento denominado PCH Henrique Nunes Coutinho (antiga Cachoeirão) na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, por meio da Resolução Autorizativa nº 908, de 08 de maio de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que transferiu da empresa Santa Maria Energética S.A. a autorização objeto da Resolução nº 282, de 26 de julho de 2000, publicada em 27 de julho de 2000, para implantar e explorar a PCH Cachoeirão pelo prazo de 30 anos, com vencimento da outorga de autorização em 26 de julho de 2030.

Em 11 de junho de 2021, foi promulgada pelo Congresso Nacional a rejeição ao veto parcial do artigo 4º da Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que tratava da inclusão do §12 ao art. 26 da Lei nº 9.427/1996, estabelecendo que *“o agente titular de outorga de autorização para geração de energia elétrica com prazo de 30 (trinta) anos, cuja usina esteja em operação em 1º de setembro de 2020 e que não tenha sido objeto de qualquer espécie de penalidade pela Aneel quanto ao cumprimento do cronograma de sua implantação, terá seu prazo de autorização contado a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora, com ajuste, quando necessário, do respectivo termo de outorga, após o reconhecimento pela Aneel do atendimento ao critério estabelecido neste parágrafo”*.

Apresentado à ANEEL o pleito de ajuste da outorga na forma estabelecida na Lei nº 14.120/2021, e atendidos os requisitos necessários, foi publicada em 20 de dezembro de 2021, a Resolução Autorizativa nº 10.972, de 14/12/2021, que ajustou a data de início de contagem do prazo da autorização da outorga de 30 (trinta) anos, passando a contar a partir da data de operação comercial da primeira unidade geradora e, conseqüentemente, ajustando a data do término da vigência da autorização para 31/12/2038, mantidas as condições originais de possibilidade de prorrogação, a critério da ANEEL, ao final desse prazo. Cabe ressaltar, que em 29/12/2022, através da Nota Técnica nº 972/2022-SCG/ANEEL, foi encaminhado para deliberação da Diretoria Colegiada da ANEEL o pedido de correção da Resolução Autorizativa nº 10.972/2021, tendo em vista que algumas datas de início de operação comercial consideradas pela Agência naquela ocasião estavam equivocadas. Para a PCH Henrique Nunes Coutinho, foi considerado como data de início de operação comercial o dia 31/12/2008, quando o correto seria 30/12/2008. A correção sugerida pela Agência está aderente à data correta para início da operação comercial. Em 10 de fevereiro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 13.558, de 31/01/2023, retificando

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

as datas relativas ao prazo de vigência da outorga, sendo estabelecida como data de início em 30/12/2008 e término em 30/12/2038.

Considerando também o fato da extensão do prazo da outorga para compensação dos efeitos do GSF, no âmbito da Repactuação do Risco Hidrológico, conforme esclarecimentos no item 1.4 adiante, o prazo de vigência da outorga da PCH Henrique Nunes Coutinho ficou assim estabelecido:

Usina Hidrelétrica	Modalidade	Outorga	Capacidade	Energia	Autorização	
			Instalada	Assegurada	Início	Término
			(MW)	(MWm)		
PCH Henrique Nunes Coutinho	Produtor Independente	Autorização	27,00	16,37	30/12/2008	28/12/2045

A Companhia comercializa sua energia no Ambiente de Contratação Livre – ACL por meio de contratos de curto e médio prazo, negociados com terceiros (Nota 5).

A PCH Henrique Nunes Coutinho possui capacidade instalada de 27 MW, contando com três unidades geradoras, tendo iniciado sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008.

Em 09 de setembro de 2019, através do Despacho SCG/ANEEL nº 2.494, o nome do empreendimento foi alterado de PCH Cachoeirão para PCH Henrique Nunes Coutinho.

Em 03 de maio de 2021, foi expedida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro – SUPRAM Leste, a Renovação da Licença de Operação da PCH Henrique Nunes Coutinho, com prazo de vigência de 8 anos.

1.4 Repactuação do Risco Hidrológico

A Lei nº 14.052, de 08/09/2020, estabeleceu em seu art. 2-A que “os titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE serão compensados pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)”, pela geração termelétrica fora da ordem de mérito e importação sem garantia física, de maneira a por fim no embate jurídico em relação aos impactos do *Generation Scaling Factor* – GSF, que se perpetuam desde o ano de 2015. Essa Lei estabeleceu que a compensação será dada aos agentes através da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos, a ser apurada de acordo com as condições previstas na referida Lei, sendo limitado o prazo de extensão em até 7 anos.

A CCEE ficou responsável em apurar todos os cálculos necessários para a definição da extensão de outorga das usinas geradoras que aderirem à repactuação do risco hidrológico do Ambiente de Comercialização Livre – ACL, conforme normas contidas na Resolução Normativa Aneel nº 895/2020 e o previsto na Lei nº 14.052/2020. A Resolução estabelece que os cálculos apurados serão homologados pela ANEEL e então formalizado aos agentes para que, se de acordo, façam a adesão ao processo de extensão das outorgas, mediante a quitação dos débitos por ventura existentes em função das ações judiciais sobre o tema, a desistência das referidas ações ou, ainda, para aqueles que não possuem ações, o termo de renúncia aos direitos relacionados à esse tema. Ressalta-se que a Companhia não possui ação judicial vigente acerca desse assunto.

No dia 1º de março de 2021, a CCEE encaminhou para a ANEEL os cálculos das extensões de outorga, e a Resolução prevê o prazo de 30 dias para que a ANEEL publique a resolução homologatória informando sobre o prazo de extensão das outorgas dos agentes e estes terão prazo de 60 dias contados dessa publicação para manifestarem acerca da adesão ao processo de extensão da outorga, e assim darem andamento ao cumprimento das condições previstas para tanto.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 12 de agosto de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919/2021, homologando os prazos de extensão das outorgas com base nos cálculos apresentados pela CCEE, confirmando-se a extensão de 1.137 dias para a outorga da PCH Henrique Nunes Coutinho. Seguindo o normativo pré-estabelecido, a Companhia apresentou junto à ANEEL, em 08/10/2021, o pleito para adesão à extensão da outorga concedida, e não existindo liminar judicial vigente sobre o tema, não há débito a ser liquidado. Durante a análise do processo pelo diretor-relator designado, a Companhia solicitou que o mesmo tivesse sua deliberação suspensa, tendo em vista o seu pedido de retificação da Nota Técnica nº 892/2021-SCG/ANEEL, de 29/12/2021, que subsidiou a deliberação da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919/2021, para que esta passe a considerar a nova data final da outorga, segundo estabelecido pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972/2021, retificada pela Resolução Autorizativa nº 13.558/2023 (esclarecimentos adicionais seguem no item 1.3), e conseqüentemente o recálculo do prazo de extensão da outorga para a compensação dos efeitos do GSF.

O pedido de recálculo teve o mérito reconhecido pela Agência, tanto para a Companhia quanto para outros agentes, que determinou à CCEE que fizesse o reprocessamento do cálculo do prazo de extensão das outorgas respeitando o novo prazo de vigência da mesma.

A CCEE apresentou à ANEEL os resultados do recálculo dos prazos de extensão das outorgas das usinas em 10/05/2023, sendo estes recepcionados, validados e na sequência encaminhados para a deliberação da Diretoria, que em reunião realizada em 10/10/2023 homologou os referidos dados, expedindo a Resolução Homologatória nº 14.896, de 10/10/2023, publicada no DOU de 18/10/2023, que estabeleceu o prazo de extensão da outorga da PCH Henrique Nunes Coutinho em 2.555 dias, prazo máximo de compensação previsto na legislação, alterando o término de sua vigência de 30/12/2038 para 28/12/2045.

1.5 O Mercado de Carbono

A PCH Henrique Nunes Coutinho possui projeto para geração de créditos de carbono através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL registrado na *United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC* sob o nº 4.788, já tendo concluído o processo de verificação e emissão de parte dos créditos de carbono gerados pelo empreendimento que equivalem a cerca de 314 mil toneladas de emissões de CO² evitadas com a operação da usina.

Foram realizados dois processos de verificação e emissão dos créditos de carbono gerados pelo empreendimento, sendo o primeiro compreendendo o período de 03/02/2012 à 31/12/2015, totalizando 167 mil CERs (Certificados de Emissão Reduzida), e o segundo abrangendo o período de 01/01/2016 às 31/12/2020, totalizando 147 mil CERs.

A comercialização da totalidade dos créditos de carbono da primeira verificação foi realizada no ano de 2021, e da segunda verificação foi parcialmente realizada em 2022. Não houve comercialização dos créditos no exercício de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis.

2.3 Moeda Funcional e de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações. Para fazer tais estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as mesmas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração, que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas da vida útil dos mesmos.
- (iii) Registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

2.5 Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 01 de março de 2024.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Principais Políticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios sociais apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1.1 Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1.2 Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto, médio ou longo prazo com liquidez imediata, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, em função da possibilidade de resgate no curto prazo, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro-rata temporis* até a data das demonstrações financeiras.

3.1.3 Contas a receber de clientes

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de compra e venda de energia elétrica. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo deduzidos eventuais perdas de crédito esperadas.

3.1.4 Almoxarifado operacional

É composto por peças sobressalentes utilizadas na manutenção dos equipamentos da usina, as quais são avaliadas e contabilizadas pelo custo médio de aquisição.

3.1.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. Os juros e demais encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, foram computados como custo do respectivo imobilizado.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do mesmo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015. Esta norma revisou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, revogando as Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens, apurado por auditoria da ANEEL, será indenizado à Companhia.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1.6 Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis quando possuem vida útil econômica definida, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.1.7 Redução ao valor recuperável – *Impairment*

A Companhia avalia periodicamente o valor de seus ativos tangíveis e intangíveis com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificar que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda.

A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisões para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

3.1.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas pelo valor justo.

3.1.9 Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares quando negociados em acordos coletivos de trabalho, juntamente com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.1.10 Receita operacional

A receita advinda da venda de energia elétrica, é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre as vendas.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1.11 Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.1.12 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia opta pela tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social por meio do Lucro Presumido, sendo considerado para efeito de tributação do Imposto de Renda o percentual de 8% aplicado sobre a receita bruta de vendas de energia elétrica somada ao valor das demais receitas, inclusive os rendimentos de aplicação financeira. O Imposto de Renda é apurado trimestralmente mediante aplicação da alíquota de 15% sobre a base de cálculo acima e do adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder ao limite de R\$ 60 no trimestre. Para o cálculo da Contribuição Social, é considerado o percentual de 12% sobre a receita bruta de vendas de energia elétrica, somado ao valor das demais receitas, inclusive os rendimentos de aplicação financeira. A Contribuição Social é apurada trimestralmente mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre a base de cálculo acima mencionada.

3.1.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável, que estabelecem um pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.1.14 Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios apresentados.

3.1.15 Pronunciamentos e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alteração em pronunciamentos em vigor:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 17/CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A Companhia adotou o IFRS 17/CPC 50 e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. Este pronunciamento estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do alcance deste pronunciamento. O objetivo deste pronunciamento é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações contábeis avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50.	01/01/2023

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 08/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações à IAS 08/CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.	01/01/2023
IAS 01/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements	A Companhia adotou as alterações à IAS 1/CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a imaterialidade das mesmas.	01/01/2023
IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento	A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. A Companhia não possui imposto diferido sobre arrendamentos. Sendo assim, não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia.	01/01/2023

As alterações informadas que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 não produziram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, IAS 7/ CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar	01/01/2024

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Descrição da alteração	Vigência
	comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	
IFRS 10/CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e IAS 28/CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i> . Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i> .	Ainda não definido
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição	2023	2022
Caixa e Depósitos Bancários à Vista	34	10
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	7.188	10.922
Total	7.222	10.932

As Aplicações Financeiras de Curto Prazo são compostas por:

- (i) Certificados de Depósito Bancário (CDBs), de liquidez imediata, que são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, variando entre 98,2% e 111,28% (em 2022, 96% e 121%).
- (ii) Letras Financeiras de Bancos (LFs), de liquidez imediata, que são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, variando entre 110% e 114% (em 2022 e 2023).

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores de Caixa e Equivalentes incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de perda de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

5. CONSUMIDORES

Composição	2023	2022
Fornecimento Comercial	3.280	3.668
Total	3.280	3.668

Representa os valores a receber pela Companhia relativos à venda da energia elétrica.

A Companhia não registrou provisões para perdas dos valores de Contas a Receber constantes no balanço patrimonial em virtude de não existirem saldos em atraso e, ainda, pelo fato de que todas as operações são realizadas com registro mediante o pagamento, conforme estabelecido nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica firmados.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Composição	2023	2022
Circulante		
ICMS sobre Imobilizado a Recuperar (i)	8	14
Total	8	14
Não Circulante		
Saldo Negativo IRPJ (ii)	-	109
PIS s/ Exclusão do ICMS na Base de Cálculo (iii)	67	67
COFINS s/ Exclusão do ICMS na Base de Cálculo (iii)	310	310
ICMS sobre Imobilizado a Recuperar (i)	-	8
Total	377	494

- (i) O ICMS sobre imobilizado a recuperar, refere-se principalmente ao crédito constituído na aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos imobilizados.
- (ii) O Saldo Negativo IRPJ em 2022 é composto por pedido de restituição através de PER/DCOMP nº 24914.89015.311019.1.2.02-590, devidamente protocolados junto à Receita Federal, que foi restituído no exercício de 2023.
- (iii) PIS e COFINS s/ exclusão do ICMS na base de cálculo, refere-se ao principal dos valores recolhidos anteriormente a serem ressarcidos pela Receita Federal, que estão relacionados à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, cuja ação judicial, em sede de repercussão geral, teve o julgamento finalizado pelo Supremo Tribunal Federal em 13/05/2021, no processo RE nº 574.706 PR, estabelecendo para os contribuintes que ingressaram com ação judicial a partir de 15/03/2017, o direito à recuperação dos créditos retroativos a esta data. A companhia ajuizou ação sobre o tema em 25/02/2019, desta forma, reconheceu no exercício de 2021 o valor do principal dos créditos tributários retroativos à 15/03/2017, sendo que a atualização monetária dos mesmos será reconhecida quando do trânsito em julgado da sua ação judicial específica.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. ALMOXARIFADO OPERACIONAL

Composição	2023	2022
Almoxarifado de Manutenção e Operação	712	656
Adiantamento a Fornecedores	-	6
Total	712	662

Os materiais em almoxarifado são avaliados e contabilizados pelo custo médio de aquisição. O almoxarifado é composto na sua maioria por peças sobressalentes de pequeno porte.

8. IMOBILIZADO

(a) Composição

				2023	2022
	Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Usina - Imobilizado em Serviço					
Terrenos	-	1.796	-	1.796	1.787
Reservatórios e Barragens	2,13	51.887	(16.168)	35.719	36.825
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,18	16.751	(5.099)	11.652	11.265
Máquinas e Equipamentos	3,12	41.254	(18.221)	23.033	24.021
Móveis e Utensílios	8,75	80	(37)	43	50
Veículos	-	17	(17)	-	-
Subtotal		111.785	(39.542)	72.243	73.948
Administração central - Imobilizado em Serviço					
Máquinas e Equipamentos	4,44	90	(66)	24	17
Móveis e Utensílios	6,12	49	(42)	7	10
Subtotal		139	(108)	31	27
Imobilizado em Curso					
Reservatórios e Barragens (i)		324	-	324	112
Máquinas e Equipamentos (i)		420	-	420	336
Peças de Reposição (ii)		1.030	-	1.030	913
Adiantamento a Fornecedores (i)		-	-	-	4
Subtotal		1.774	-	1.774	1.365
Total do Imobilizado		113.698	(39.650)	74.048	75.340

(i) Referem-se a equipamentos que ainda serão instalados.

(ii) Referem-se a materiais destinados à reposição do imobilizado em serviço.

A Companhia considera essas taxas de depreciação apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta no artigo 10º da Resolução ANEEL nº 282, de 26 de julho de 2000, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente de energia elétrica, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, "os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas."

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação do Ativo Imobilizado

	2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2023
Usina - Imobilizado em Serviço						
Terrenos	1.787	5	-	4	-	1.796
Reservatórios e Barragens	36.825	-	-	-	(1.106)	35.719
Edificações, Obras e Benfeitorias	11.265	-	-	752	(365)	11.652
Máquinas e Equipamentos	24.021	4	(5)	301	(1.288)	23.033
Móveis e Utensílios	50	-	-	-	(7)	43
Subtotal	73.948	9	(5)	1.057	(2.766)	72.243
Administração Central - Imobilizado em Serviço						
Máquinas e Equipamentos	17	11	-	-	(4)	24
Móveis e Utensílios	10	-	-	-	(3)	7
Subtotal	27	11	-	-	(7)	31
Imobilizado em Curso						
Reservatórios e Barragens	112	964	-	(752)	-	324
Máquinas e Equipamentos	336	432	(16)	(332)	-	420
Peças de Reposição	913	86	-	31	-	1.030
Adiantamento a Fornecedores	4	-	-	(4)	-	-
Subtotal	1.365	1.482	(16)	(1.057)	-	1.774
Total	75.340	1.502	(21)	-	(2.773)	74.048

	2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2022
Usina - Imobilizado em Serviço						
Terrenos	1.787	-	-	-	-	1.787
Reservatórios e Barragens	37.931	-	-	-	(1.106)	36.825
Edificações, Obras e Benfeitorias	11.628	-	-	-	(363)	11.265
Máquinas e Equipamentos	25.013	-	(248)	429	(1.173)	24.021
Móveis e Utensílios	47	9	(3)	-	(3)	50
Subtotal	76.406	9	(251)	429	(2.645)	73.948
Administração Central - Imobilizado em Serviço						
Máquinas e Equipamentos	13	6	-	-	(2)	17
Móveis e Utensílios	13	-	-	-	(3)	10
Subtotal	26	6	-	-	(5)	27
Imobilizado em Curso						
Reservatórios e Barragens	112	-	-	-	-	112
Máquinas e Equipamentos	322	474	(25)	(435)	-	336
Peças de Reposição	853	60	(6)	6	-	913
Adiantamento a Fornecedores	4	-	-	-	-	4
Subtotal	1.291	534	(31)	(429)	-	1.365
Total	77.723	549	(282)	-	(2.650)	75.340

De acordo com a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CFC nº 1.292/2010, a Companhia efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não há qualquer indicador de desvalorização e que esses ativos são realizáveis em prazos satisfatórios.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. INTANGÍVEL

(a) Composição

			2023	2022
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Servidões	256	-	256	256
Software	38	(36)	2	2
Projeto MDL	174	-	174	174
LO – Licença de Operação	11	(4)	7	9
Rede em Fibra Óptica	127	(32)	95	107
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF	12.810	(1.937)	10.873	13.591
Total	13.416	(2.009)	11.407	14.139

(b) Movimentação do intangível

	2022	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2023
Servidões (i)	256	-	-	-	-	256
Software (ii)	2	1	-	-	(1)	2
Projeto MDL (iii)	174	-	-	-	-	174
LO – Licença de Operação (iv)	9	-	-	-	(2)	7
Rede em Fibra Óptica (v)	107	-	-	-	(12)	95
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (vi)	13.591	-	(1.772)	-	(946)	10.873
Total	14.139	1	(1.772)	-	(961)	11.407

	2021	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2022
Servidões (i)	256	-	-	-	-	256
Software (ii)	4	1	-	-	(3)	2
Projeto MDL (iii)	253	-	(79)	-	-	174
LO – Licença de Operação (iv)	10	-	-	-	(1)	9
Rede em Fibra Óptica (v)	120	-	-	-	(13)	107
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (vi)	14.290	-	-	-	(699)	13.591
Total	14.933	1	(79)	-	(716)	14.139

A Companhia avalia periodicamente a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis, não havendo quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução de seu valor recuperável.

- (i) Servidões – estão registradas pelo custo de aquisição, e são constituídas pela servidão de passagem da linha de transmissão de 69 kV que conecta a SE Cachoeirão à SE Conselheiro Pena, e pela Área de Preservação Permanente – APP, referente às indenizações pagas em favor dos proprietários dos imóveis do entorno do reservatório. Como são permanentes não há amortização.
- (ii) Software – são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. São constituídos por gastos realizados com a aquisição de licenças e demais gastos com serviços complementares a utilização produtiva de *software*, desvinculados de equipamentos tangíveis (*hardware*), e são amortizados em linha reta, conforme taxa determinada pela ANEEL.
- (iii) Projeto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL – registra os custos associados ao processo de verificação, validação, emissão e comercialização dos Certificados de Emissão Reduzida (CERs) e são baixados pelo custo médio proporcionalmente à comercialização dos mesmos.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iv) LO – Licença de Operação – é constituída pelos gastos inerentes ao processo de renovação da Licença de Operação emitida em 03/05/2021 pela SUPRAM/LM, e será amortizado linearmente pelo prazo de sua vigência que será de 8 anos.
- (v) Rede em fibra óptica – registra o custo de aquisição de uma rede em fibra óptica construída em parceria com o provedor de *internet* local para atendimento à usina e região, e que corresponde ao direito de utilização da referida rede pelo prazo de 10 anos e será amortizado linearmente por esse prazo.
- (vi) Repactuação do Risco Hidrológico – GSF – registra o valor apurado pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, no montante de R\$14.582, relativo ao total da compensação financeira a que a Companhia tem direito e que foi convertido em 1.137 dias de extensão da outorga, na forma da Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020. O referido prazo de extensão foi reconhecido pela ANEEL através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919/2021, de 03/08/2021, sendo então procedido ao registro contábil do valor da compensação no exercício de 2021. O citado valor será amortizado linearmente até o prazo final da outorga ajustado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972/2021, acrescida do referido prazo de extensão concedido. Em 2023, houve o recálculo da compensação financeira a que a Companhia teria direito, conforme esclarecimentos constantes do item 1.4, que quando convertido em dias de extensão da outorga, o cálculo ultrapassou o prazo limite para extensão previsto pela legislação, que seria de 7 anos (2.555 dias), sendo estabelecida a extensão da outorga nesse limite, desta forma, parte do montante financeiro da compensação não poderá ser recuperado, motivo pelo qual foi feita a reversão no valor de R\$1.772 do intangível para a despesa. Nesse mesmo âmbito, considerando a alteração do valor do intangível, bem como o prazo final da outorga estendida, o valor da amortização linear foi recalculado pelo período remanescente desta.

10. FORNECEDORES

Composição	2023	2022
Circulante		
Materiais e Serviços	306	160
Total	306	160
Não Circulante		
Materiais e Serviços	655	655
Total	655	655

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. TRIBUTOS

Composição	2023	2022
Circulante		
Tributos federais		
IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	143	144
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	171	218
PIS – Programa de Integração Social	21	25
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	99	118
Subtotal	434	505
Tributos estaduais		
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	1	1
Subtotal	1	1
Tributos municipais		
ISSQN – Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza	14	12
Subtotal	14	12
Contribuições sociais		
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	22	19
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	8	7
Subtotal	30	26
Tributos retidos na fonte		
CSRF – Contribuição Social Retida na Fonte	21	19
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Serviços de Terceiros	5	4
Retenção para Seguridade Social (11%)	32	24
Subtotal	58	47
Total	537	591

12. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais em andamento classificados, pelos seus consultores jurídicos, como de perda possível, e tendo em vista esta classificação, não foram registradas provisões nos exercícios de 2023 e 2022.

De maneira informativa, esclarecemos que as contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Passivo	2023	2022
Cíveis	567	336
Total	567	336

O item representativo das contingências indicadas se dá em relação à Ação Ordinária de Indenização movida por grupo de pescadores que alegam terem sido afetados pela Companhia, ajuizada em 27 de outubro de 2014, na Vara Única da Comarca de Aimorés (MG), com valor originário de R\$325, e atualizado em 31 de dezembro de 2023 para R\$554. O processo passou por perícia técnica e após a conclusão desta, a parte autora foi intimada a manifestar-se sob pena de extinção do processo por abandono, situação em que se encontra até o momento. Este processo foi considerado pelos consultores jurídicos da Companhia como de perda possível. Tendo em vista a classificação atribuída ao processo pelos consultores jurídicos da Companhia, não foram registrados valores nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é de R\$ 35.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias de Classe A e B, nominativas sem valor nominal, todas com preço de emissão fixado a R\$ 1,00 (um real).

Ações Ordinária Classe A		Ações Ordinárias Classe B		Total	
Quantidade	R\$	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
17.850.000	17.850	17.150.000	17.150	35.000.000	35.000

Demonstramos a seguir a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

	Ações Ordinárias		
	Tipo	Quantidade	Percentagem %
Acionistas			
Santa Maria Energética S.A.	Classe A	17.850.000	51,00%
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Classe B	17.150.000	49,00%

(b) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia, conforme estabelece o art. 193 da Lei nº 6.404/1976, de 15 de dezembro de 1976. Considerando que no exercício de 2017 a Reserva Legal atingiu tal limitação com saldo de R\$ 7.000, a Companhia deixou de destinar recursos para constituição desta Reserva.

(c) Reserva de Retenção de Lucros

O valor da reserva de retenção de lucros refere-se à parcela remanescente do lucro líquido de exercícios anteriores e do próprio exercício de 2023, cuja destinação ainda depende de deliberação pela assembleia geral de acionistas.

14. DIVIDENDOS DECLARADOS

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/1976. Os dividendos propostos foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

Composição	2023	2022
Lucro líquido do exercício	23.106	31.571

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base de cálculo dos dividendos	23.106	31.571
Dividendos mínimos obrigatórios (25%):		
Ações Ordinárias Classe A	2.946	4.025
Ações Ordinárias Classe B	2.831	3.868
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	5.777	7.893

15. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como seus acionistas a Santa Maria Energética S.A. e a Cemig Geração e Transmissão S.A. Segue resumo das transações com partes relacionadas nos exercícios de 2023 e 2022:

Grupo Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Parte relacionada	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Cliente	Contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda	Santa Maria	799	453	-	-	9.403	5.338	-	-
Fornecedor	Contrato de uso do sistema de distribuição de energia elétrica com a Cemig Distribuição S.A.	Cemig D	-	-	-	-	-	-	1.733	1.603
Fornecedor	Contrato de conexão ao sistema de transmissão com a Cemig Geração e Transmissão S.A.	Cemig GT	-	-	4	4	-	-	55	51
Fornecedor	Contrato de operação e manutenção do bay na SE Conselheiro Pena com a Cemig Geração e Transmissão S.A.	Cemig GT	-	-	18	17	-	-	256	188
Totais			799	453	22	21	9.403	5.338	2.044	1.842

Remuneração da Administração

Conforme deliberação da Assembleia Geral, os Conselheiros e Diretores não receberam remuneração para os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras, tendo em vista que estes são remunerados diretamente pelos acionistas que os indicaram.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Composição do fornecimento de energia elétrica pode ser assim demonstrada:

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição	2023	2022
Receita operacional		
Energia elétrica	38.621	43.193
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	527	332
Outras receitas - CCEE	-	803
Total	39.148	44.328
Deduções da receita operacional		
PIS	(255)	(289)
COFINS	(1.176)	(1.331)
ICMS	-	(60)
TFSEE	(101)	(92)
Total	(1.532)	(1.772)
Receita operacional líquida	37.616	42.556

A redução da receita está relacionada com as condições de mercado que se apresentaram no ano de 2021, diretamente associadas à questões hidrológicas desfavoráveis, que permitiram que a energia comercializada para o ano de 2022 obtivesse patamares de preços acima da média histórica, situação que não se repetiu para o ano de 2023, onde os preços retornaram à sua normalidade.

17. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Composição			2023	2022
	Custos da energia vendida	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Gastos operacionais				
Energia comprada para revenda	1.458	-	1.458	1.602
Recuperação do risco hidrológico - GSF	1.772	-	1.772	-
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	1.787	-	1.787	1.648
Pessoal	384	1.054	1.438	1.185
Materiais	68	4	72	87
Serviços de terceiros	4.286	150	4.436	4.155
Arrendamento e aluguéis	111	53	164	163
Seguros	135	1	136	120
Tributos	23	4	27	26
Depreciação	2.766	7	2.773	2.769
Amortização	959	2	961	715
Gastos diversos	44	43	87	86
Total	13.793	1.318	15.111	12.556

O montante de R\$1.772 reconhecido na conta Recuperação do risco hidrológico – GSF, se refere à reversão parcial do valor da compensação financeira dos custos com GSF incorridos pela Companhia apurados pela CCEE, conforme esclarecimentos dos itens 1.4 e 10.

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Atividades não vinculada à concessão	2023	2022
Demais receitas e rendas		
Crédito de carbono	-	659
Outros	7	-

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	7	659
Tributos sobre demais receitas e rendas		
PIS	-	(4)
COFINS	-	(20)
ICMS	(1)	-
Total	(1)	(24)
Outras receitas operacionais	6	635
Outros gastos operacionais		
Gastos diversos	-	(213)
Perdas na alienação e desativação de bens	(2)	-
Total	(2)	(213)
Outras despesas operacionais	(2)	(213)
Total	4	422

19. RESULTADO FINANCEIRO

Composição	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.600	3.804
Outras receitas financeiras	90	97
Total	2.690	3.901
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(5)	(27)
Total	(5)	(27)
Resultado financeiro líquido	2.685	3.874

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro com base no regime de Lucro Presumido, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e o valor registrado como despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social nas demonstrações financeiras foi calculado conforme demonstrado a seguir:

(a) Imposto de renda do exercício

	2023	2022
Receita de operações com energia elétrica	39.148	44.328
Percentual de presunção (8%)	3.132	3.546
Receita venda crédito de carbono	-	659
Outras receitas	7	-
Percentual de presunção (32%)	2	211
Receitas financeiras (100%)	2.663	3.858
Base de cálculo	5.797	7.615
Alíquota de 15%	870	1.142
Adicional de 10%	555	738
Total de IRPJ	1.425	1.880

(b) Contribuição social do exercício

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita de operações com energia elétrica	39.148	44.328
Percentual de presunção (12%)	4.698	5.319
Receita venda crédito de carbono	-	659
Outras Receitas	7	-
Percentual de presunção (32%)	2	211
Outras receitas (100%)	2.663	3.858
Base de cálculo	7.363	9.388
Alíquota de 9%	663	845
Total de CSLL	663	845

21. GERENCIAMENTO DE RISCO

(a) Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por consumidores livres, com contratos de compra e venda de energia de curto e médio prazos. A Companhia exige o registro da energia mediante a comprovação do pagamento pelo cliente. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da companhia a riscos de créditos e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes.

(b) Risco de Liquidez

A Companhia aplica todo excedente de caixa imediatamente no mercado financeiro em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) ou Letras Financeiras de Bancos (LFs), remunerados com taxas que variam entre 98% e 114% (em 2022, 96% e 121%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em bancos de reconhecida liquidez. Assim, garante um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto e longo prazo, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

(c) Risco de Mercado

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. A companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas na modalidade renda fixa, em bancos de reconhecida liquidez, e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 98% e 114% (em 2022, 96% e 121%) do CDI.

A Companhia comercializa sua energia no âmbito do mercado livre, considerando a totalidade de sua garantia física disponível, a preços atrativos de maneira a minimizar os riscos de exposição aos preços de curto prazo (mercado *spot* ou PLD). A diferença entre a energia efetivamente gerada e a comercializada é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do próprio mercado de energia podem afetar os preços.

(d) Risco Operacional

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza atividades de operação e manutenção de sua usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preditiva, preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos, das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados especializados para as atividades de operação e manutenção de sua usina.

(e) Risco Hidrológico

A energia comercializada pela Companhia é vinculada à energia assegurada da usina, que é determinada pelo órgão regulador. A escassez hídrica provoca uma diminuição relevante na produção de energia por parte da fonte hidráulica, base da matriz energética brasileira, e isso tem potencial para gerar aumento dos custos com aquisição de energia.

A mitigação desse risco é realizada através do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional – SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Entretanto, em condições de hidrologia, relevantemente desfavorável, o MRE pode expor a Companhia à elevado rateio de custos com base no PLD, gerando ônus financeiro relevante para os geradores hidrelétricos.

22. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As coberturas de seguros contratadas são:

<u>Seguradora</u>	<u>Vigência</u>	<u>Ramo</u>	<u>Limite de Indenização</u>
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. e Fator Seguradora S.A.	31/03/2023 à 31/03/2024	Riscos Operacionais	R\$ 76.084
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	31/03/2023 à 31/03/2024	Responsabilidade Civil Geral	R\$ 15.000
Porto Seguro Comp. De Seguros Gerais	30/03/2023 à 30/03/2024	Escritórios	
		Cobertura de Incêndio e Complementares	R\$ 200
		Roubo de Bens e Danos Elétricos	R\$ 90
		Vendaval, Furacão, Ciclone, Granizo e Tornado	R\$ 20

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

23. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como concordam com a opinião emitida pelos auditores independentes.

Ângelo André Bosi
Diretor Administrativo Financeiro

Ronnie de Lima Diniz
Diretor Técnico Comercial

Robson Gomes da Cunha
Contador – CRC/ES-011009/O-4